



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 558209 - RS (2020/0013796-2)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
RICARDO MARQUES BORBA - RS017316  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : RAFAEL CAROLINA DE OLIVEIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### EMENTA

*HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. INDEFERIMENTO. AUSÊNCIA DE REQUISITO SUBJETIVO. PRÁTICA DE FALTA GRAVE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA.*

### DECISÃO

Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado em favor de RAFAEL CAROLINA DE OLIVEIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul proferido nos autos do Agravo em Execução Penal n.º 70083003525.

Consta dos autos que o Juízo da Vara de Execuções Penais concedeu o benefício do livramento condicional ao Paciente (fls. 66-74).

Inconformado, o Ministério Público estadual interpôs agravo em execução penal no Tribunal de origem, que deu provimento ao recurso para reformar a decisão que concedera o benefício. O julgado recebeu a seguinte ementa (fl. 140):

*"AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. INSURGÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. LIVRAMENTO CONDICIONAL. REQUISITO SUBJETIVO NÃO SATISFEITO NO CASO CONCRETO. DECISÃO REFORMADA.*

*Ainda que a redação atual do art. 112 da LEP exija apenas o requisito objetivo e o atestado de conduta carcerária para preenchimento do requisito de ordem subjetiva, observo que, na espécie, o apenado ainda não está apto a gozar do livramento condicional. De sua GEP, extrai-se que o apenado já praticou falta grave no curso da execução, sendo que seu regime foi regredido para o fechado em 09/2018. Ainda que satisfeito o requisito objetivo, e que tenha sido penalizado pela falta praticada, a passagem do regime fechado para o livramento condicional, neste momento, revela-se temerária. Soma-se a isso que o livramento condicional só deve ser concedido quando benéfico à ressocialização do apenado, de modo que seja demonstrado indicativos de que esse não voltará a delinquir, o que não aconteceu na hipótese vertida. Decisão reformada.*

*AGRAVO PROVIDO."*

Neste writ, a Impetrante alega que "[o] benefício do livramento condicional, disciplina

no artigo 83, inciso I e II do Código Penal, será concedido mediante o cumprimento de um terço da pena se o condenado não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes ou mediante de mais da metade se o condenado for reincidente em crime doloso" (fl. 4).

Sustenta que, havendo mais de uma condenação, "como nos autos, à luz do princípio da proporcionalidade, imperioso faz-se conceder tratamento diferenciado ao apenado, determinando-lhe o cumprimento de lapso temporal mais gravoso, tão somente, quanto ao delito em que reconhecida a reincidência, mantendo-se a exigência do decurso de lapso temporal da metade da pena" (fl. 4).

Requer, liminarmente e no mérito, seja concedido o livramento condicional ao paciente, restabelecendo-se a decisão de primeiro grau.

A liminar foi indeferida às fls. 149-150.

As informações foram acostadas às fls. 153-204.

O Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem (fls. 210-213).

É o relatório.

Decido.

O Tribunal *a quo*, ao dar provimento ao agravo em execução, consignou que (fls. 142-144; sem grifos no original):

"[...]

*Tenho que o recurso merece provimento. Explico. Embora a redação atual do art. 112, e seu § 2º, da Lei de Execuções Penais exija apenas o requisito objetivo e o atestado de conduta carcerária para preenchimento do requisito de ordem subjetiva para fins de livramento condicional, observo que, no caso concreto, o apenado ainda não está apto a gozar do benefício.*

*O referido artigo da LEP deve ser interpretado de forma sistemática com o art. 83, inciso III, do Código Penal, em consonância, ainda, com o princípio da individualização da pena. Prescreve o citado artigo: [...]*

*Consideradas as particularidades do caso concreto, pode o juízo não se ater apenas ao atestado de bom comportamento carcerário, devendo fazer uma análise mais aprofundada de outros aspectos subjetivos do apenado enquanto cumpre pena.*

*Examinando a guia de execução penal atualizada, verifica-se que o apenado cumpre pena pelo crime de latrocínio na modalidade tentada. Iniciado o cumprimento da pena em 01/07/2011, o apenado praticou novo delito em 08/10/2017 (no curso da execução).*

*A falta grave foi reconhecida judicialmente e o regime foi regredido para o fechado em 10/09/2018.*

*Nesse contexto, ainda que satisfeito o requisito objetivo, tenho que o livramento condicional nesse momento é medida prematura. Embora inexistente óbice legal para tanto, o apenado passou do regime fechado para o livramento condicional, o que se mostra temerário se o agravado já demonstrou, em oportunidade anterior, pouca adesão às regras disciplinares da execução penal.*

*Ademais, o livramento condicional só deve ser deferido quando benéfico à ressocialização de apenados, devendo ser demonstrados nos autos indicativos de que não voltará a delinquir, o que não aconteceu, impondo-se, por isso, o indeferimento do benefício."*

No caso, o Tribunal de origem, considerando, entre outros aspectos, o cometimento de falta disciplinar de natureza grave, entendeu não ser cabível a concessão de livramento

condicional ao Paciente, por não preencher o requisito subjetivo.

Vale referir, ainda, que não transcorreu longo lapso temporal entre a data do cometimento da falta grave (08/10/2017) e a decisão de primeiro grau (proferida em 15/08/2019), considerando-se, sobretudo, o cumprimento de pena pelo crime de latrocínio, na forma tentada.

Por todos esses fundamentos, verifico que a Corte estadual apresentou motivação idônea na hipótese, inexistindo constrangimento ilegal a ser sanado.

A propósito:

**"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. LIVRAMENTO CONDICIONAL. NÃO PREENCHIDO O REQUISITO SUBJETIVO. PRÁTICA DE FALTA DISCIPLINAR GRAVE. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.**

*1. Embora a falta grave não seja considerada como marco interruptivo para o deferimento do livramento condicional, consoante o enunciado da Súmula n. 441 do STJ, a agravante possui histórico de mau comportamento durante o cumprimento da pena, incluindo o cometimento de infração disciplinar de natureza grave, de modo que não apresenta comprovação de comportamento satisfatório durante a execução da pena.*

*2. Agravo regimental não provido." (AgRg no HC 545.427/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019; sem grifos no original.)*

**"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. REQUISITO SUBJETIVO NÃO PREENCHIDO. HISTÓRICO PRISIONAL. PRÁTICA DE FALTAS GRAVES. BENEFÍCIO INDEFERIDO. DECISÃO MANTIDA. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.**

*1. Embora a prática de falta disciplinar de natureza grave não interrompa a contagem do prazo para fins de livramento condicional, nos termos da Súmula n. 441/STJ, constitui motivo idôneo para o indeferimento do benefício, por ausência do preenchimento do requisito subjetivo previsto no art. 83, inciso III, do Código Penal. Precedentes.*

*2. Na espécie, o registro de 7 faltas graves apuradas no histórico prisional do agravante é motivação suficiente para o indeferimento da benesse, nos termos da jurisprudência deste Sodalício.*

*3. Agravo regimental desprovido." (AgRg no HC 536.450/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 05/12/2019, DJe 13/12/2019; sem grifos no original.)*

Ante o exposto, DENEGO a ordem de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora